

<i>Nota à 27ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
<i>I</i> — <i>As funções do Estado</i>	29
<i>II</i> — <i>Os critérios de distinção das funções do Estado</i>	32
<i>III</i> — <i>A função política ou de governo</i>	36
<i>IV</i> — <i>O Direito Administrativo</i>	37
<i>V</i> — <i>Origem do Direito Administrativo</i>	38
<i>VI</i> — <i>As bases ideológicas do Direito Administrativo</i>	43
<i>VII</i> — <i>O regime jurídico-administrativo</i>	52
<i>VIII</i> — <i>Conceito jurídico de interesse público</i>	58
<i>Direito subjetivo público, 62; Interesses primários e secundários do Estado, 65</i>	
<i>IX</i> — <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i>	69
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 69;</i>	
<i>b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 73</i>	
<i>X</i> — <i>Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	87
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
<i>I</i> — <i>Princípios expressos e implícitos</i>	95
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 96; 2ª) Princípio da legalidade, 99; 3ª) Princípio da finalidade, 106; 4ª) Princípio da razoabilidade, 108; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 110; 6ª) Princípio da motivação, 112; 7ª) Princípio da impessoalidade, 114; 8ª) Princípio da publicidade, 114; 9ª) Princípios</i>	

do devido processo legal e da ampla defesa, 115; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 119; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 120; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 121; 13ª) Princípio da boa administração, 122; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 123

- II** — **Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**
a) Medidas provisórias, 126; b) Estado de defesa, 134; c) Estado de sítio, 135

PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO 137

Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- I** — **Os órgãos e as competências públicas** 139
Órgãos públicos, 140; Classificação dos órgãos, 141; Competências públicas, 142 (Conceito de competência, 144)
- II** — **Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia** 146
- III** — **Centralização e descentralização administrativa** 149
Desconcentração, 150; A hierarquia e os poderes do hierarca, 150; Distinção entre descentralização e desconcentração, 151; O controle, 151
- IV** — **Organização administrativa da União: Administração direta e indireta** 152
Administração direta da União, 153; Critério classificador do Decreto-lei 200, 155; Entes paraestatais, 157

Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS 160

- I** — **Autarquias**
Conceito, 160; Regime jurídico, 161 (a) Relações com a pessoa que as criou, 162; b) Relações com terceiros, 165; c) Relações internas, 167); Autarquias especiais ou sob regime especial, 169; Agências reguladoras, 169; Agências executivas, 181
- II** — **Fundações públicas**
Conceito legal: impropriedade, 183; Natureza das fundações públicas, 186

III	— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i> <i>Conceito de empresa pública, 187 (Conceito legal: impropriedade, 187); Conceito de sociedade de economia mista, 191 (Conceito legal: impropriedade, 192); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 193; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 194; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 197; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 198; Empresas estatais e concessão de serviço público, 199; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 201; O regime jurídico das empresas estatais, 204 (a) Relações com a pessoa que as criou, 204; b) Relações com terceiros, 208; c) Relações internas, 219)</i>	
IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i>	222
	<i>Contrato de gestão, 225; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 226 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 232; Contrato entre órgãos?, 234); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 236; Organizações sociais, 236; Organizações da sociedade civil de interesse público, 242</i>	
Capítulo V — <i>SERVIDORES PÚBLICOS</i>		
I	— <i>Agentes públicos</i>	244
II	— <i>Classificação dos agentes públicos</i>	247
	<i>a) Agentes políticos, 247; b) Servidores estatais, 248 (Servidores públicos: conceito e espécies, 249; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 250); c) Particulares em colaboração com a Administração, 250</i>	
III	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i>	254
	<i>a) Cargos públicos, 254; b) Funções públicas, 255; c) Empregos públicos, 256</i>	
IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i>	256
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i>	258
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i>	258

- VII** — **Objeto das normas constitucionais sobre pessoal** 266
- VIII** — **Normas de contenção de despesas com os servidores estatais**
 a) Limite global de despesas com pessoal, 267; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 271; c) Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 272
- IX** — **Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos**
 a) Criação de remuneração por subsídios, 272; b) Limite de remuneração, 274; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 278; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 278; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 278; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 279; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 279
- X** — **Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)** ... 280
 a) Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 280 (Admissão e dispensa nas estatais, 284); b) Contratação excepcional sem concurso, 285; c) Direito de greve e de sindicalização, 286; d) Proibição de acumulação remunerada, 287; e) Sanção por improbidade administrativa, 289
- XI** — **Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos** 289
 a) Irredutibilidade de vencimentos, 289; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 290; c) Estabilidade, 290; d) Disponibilidade, 291; e) Aposentadoria e proventos, 292; f) Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos, 293; g) Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões, 294; h) Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias, 296; i) Contribuição previdenciária, 299; j) Atualização de proventos e pensões, 303
- XII** — **Os cargos públicos** 304
 a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 305; b) Classificação dos cargos, 305 (Cargos em comissão, 305; Cargos de provimento efetivo, 306; Cargos vitalícios, 308); c) Lotação dos cargos e “redistribuição”, 308

XIII	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i>	308
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 309; Posse, 310); <i>b) Provimentos derivados</i> , 311 (Provimento derivado vertical (promoção), 311; Provimento derivado horizontal (readaptação), 311; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 312)	
XIV	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i>	313
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 313 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 313; Direitos de ausência ao serviço, 315; Aposentadoria, 321); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 321	
XV	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i>	323
	<i>Prescrição</i> , 325	
XVI	— <i>Sindicância e processo administrativo</i>	326
XVII	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i>	331
PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA		337
Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO		
I	— <i>Introdução</i>	339
II	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i>	341
III	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i>	342
IV	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i>	343
V	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	344
VI	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	344
VII	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	351
VIII	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	354
IX	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	360
X	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	366
XI	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	369

Capítulo VII — ATOS ADMINISTRATIVOS

I	— Considerações introdutórias	
	<i>a) Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 371; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 375; c) Os conceitos jurídicos, 376; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 379; e) Funcionalidade e não “verdade” dos conceitos, 380; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 383</i>	
II	— Atos da Administração e atos administrativos	383
III	— Conceito de ato administrativo	385
IV	— Perfeição, validade e eficácia	387
V	— Requisitos do ato administrativo	390
VI	— Elementos do ato	
	<i>Conteúdo, 393; Forma, 394</i>	
VII	— Pressupostos do ato	
	<i>1) Pressupostos de existência, 395; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 396; B) Motivo (pressuposto objetivo), 397 (Motivo do ato e motivo legal, 398; Motivo e móvel, 399; O papel da vontade no ato administrativo, 399; Motivo e motivação, 400; O dever de motivar e as consequências de sua violação, 400; Teoria dos motivos determinantes, 404); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 404; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 405 (Teoria do desvio de poder, 406); E) Causa (pressuposto lógico), 408; F) Formalização (pressuposto formalístico), 411</i>	
VIII	— O silêncio no Direito Administrativo	413
IX	— Atributos dos atos administrativos	417
	<i>Casos em que cabe executoriedade, 422; Defesas contra a executoriedade, 422</i>	
X	— Classificação dos atos administrativos	422
	<i>a) Quanto à natureza da atividade, 423; b) Quanto à estrutura do ato, 423; c) Quanto aos destinatários do ato, 424; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 424; e) Quanto à função da vontade administrativa, 425; f) Quanto aos efeitos, 425; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 425; h) Quanto à situação de terceiros, 427; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 427; j) Quanto à formação do ato, 428; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 428; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 429</i>	

XI	— Vinculação e discricionariedade	430
XII	— Atos administrativos “in specie” <i>Em função do conteúdo, 437; Como formas de manifestação de outros atos, 440</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo	443
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	445
XV	— Revogação <i>Conceito, 448; Sujeito ativo da revogação, 449; Objeto da revogação, 450; Fundamento da revogação, 451; Motivos da revogação, 453; Efeitos da revogação, 454; Natureza do ato revogador, 455; Limites ao poder de revogar, 456; Revogação e indenização, 457</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa	459
XVII	— Invalidade dos atos administrativos	461
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 462; Objeto da invalidação, 462; Fundamento da invalidação, 463; Motivo da invalidação, 464; Forma da invalidação, 464; Efeitos da invalidação, 466; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 466; Atos irregulares, 470; Comentários às diferentes teorias, 471; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 472; Convalidação, 473; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 475; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 478; Regime dos atos inválidos, 478; Invalidação e dever de indenizar, 481; Direito de resistência contra atos inválidos, 482</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	483
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação	485

Capítulo VIII — **O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO**

I	— Conceito de procedimento administrativo	486
	<i>Procedimento e ato complexo, 492</i>	
II	— Requisitos do procedimento	493
III	— Importância do procedimento administrativo. <i>Atualidade do tema</i>	494
IV	— Objetivos do processo ou procedimento	497
V	— Espécies de procedimento	498
VI	— Fases do processo ou procedimento	500
VII	— Princípios do procedimento	501
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	506

IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	510
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal	512
	Âmbito de abrangência, 512; Competência, 513; Princípios do processo e garantias do administrado, 513 Sequência processual, 518; Prazos processuais, 522; Revogação, anulação e convalidação, 523	

Capítulo IX — LICITAÇÃO

I	— Conceito e finalidades	524
II	— A legislação sobre licitação	527
	Normas gerais de licitação e contratos, 531	
III	— Os princípios da licitação	532
IV	— Quem está obrigado a licitar	537
V	— Os pressupostos da licitação	539
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	540
	Bens singulares, 541; Serviços singulares, 541; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 542; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 542; Inexigibilidade de licitação, 548; Serviços técnicos de natureza singular, 550; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 553; Licitação proibida, 553	
VII	— Modalidades da licitação	554
	Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 561; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 561; Pregão e consulta, 563 (Procedimento do pregão, 563); Registros cadastrais, 568; O registro de preços, 569; Comissões de licitação, 570; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 571; Alienação de bens, 572; Licitações internas e licitações internacionais, 573	
VIII	— Etapas interna e externa da licitação	574
	Requisitos para instauração de licitação, 574; Vedações nas licitações, 575	
IX	— Fases da licitação	577
	Exame dos afluentes à licitação, 577; Exame das propostas, 578; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 578; Esquema analítico das fases, 579; Sequência procedimental da concorrência, 580	
X	— O edital	582
	Vícios do edital, 585	

XI	— A habilitação	586
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 592; Consórcios, 593; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 593; Comparecimento de um único licitante, 594; Pré-qualificação, 594; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 595; Efeito jurídico da habilitação, 595; Vícios da habilitação, 596</i>	
XII	— O julgamento	597
	<i>Requisitos das propostas, 597; Objetividade do julgamento, 600; Classificação, 601; Desempate entre as propostas, 601; Os “tipos” de licitação, 601; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 604; Classificação de uma só proposta, 604; Vícios da classificação, 605; Efeito jurídico da classificação, 606</i>	
XIII	— Homologação e adjudicação	606
XIV	— Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	607
XV	— Recursos administrativos	607
XVI	— O procedimento licitatório e suas conseqüências	608
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 609; Revogação da licitação, 609; Anulação da licitação, 610</i>	
XVII	— Crimes	612
XVIII	— Licitação e mandado de segurança	613
 Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO		
I	— Introdução	614
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 615</i>	
II	— O contrato administrativo no Direito francês	616
III	— O contrato administrativo na doutrina brasileira	618
IV	— Conceito de contrato administrativo	620
V	— Características do chamado “contrato administrativo”	622
	<i>A lógica do contrato administrativo, 623</i>	
VI	— O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro	624
	<i>Alteração unilateral do contrato, 626; Alteração bilateral do contrato, 627; Extinção do contrato: generalidades e a extinção unilateral, 628; Outras hipóteses de extinção, 629; A “exceptio non adimpleti contractus”, 630; Prazo e prorrogação dos contratos, 630; Formalidades do contrato administrativo, 632; Eficácia dos contratos administrativos, 633; Os pagamentos devidos ao contratado;</i>	

correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 633; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 640

VII	— <i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i>	642
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e o Direito Positivo brasileiro, 644; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 649</i>	
VIII	— <i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i>	651
IX	— <i>A teoria da imprevisão</i>	652
X	— <i>As cláusulas de reajustes de preços</i>	655
XI	— <i>Os reajustes e os índices oficiais</i>	656
XII	— <i>Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”</i>	659
XIII	— <i>Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa</i>	660
XIV	— <i>Convênios e consórcios</i>	663
PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		667
Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA		
I	— <i>Conceito de serviço público</i>	670
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 674; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 676; Princípios do serviço público, 676</i>	
II	— <i>Titularidade do serviço e titularidade da prestação</i>	681
III	— <i>Serviços públicos e outras atividades estatais</i>	682
	<i>Serviço público e obra pública, 682; Serviço público e poder de polícia, 683; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 685</i>	
IV	— <i>Serviços públicos por determinação constitucional</i>	686
V	— <i>Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil</i>	688
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 688; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 689; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 689; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 689</i>	
VI	— <i>Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição</i>	690

VII	— Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público	691
VIII	— Serviços públicos e serviços governamentais	693
IX	— Obra pública <i>Conceito, 695; Modalidades de execução indireta, 696; Obra de grande vulto, 697; Obra de imenso vulto, 698; Garantia de execução, 698; Fiscalização da obra, 699; Recebimento da obra, 699; Responsabilidade pela obra, 700</i>	

Capítulo XII — **CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS**

I	— Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais	701
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 702; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 703; Improriedade das definições legais, 706; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 710; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 711</i>	
II	— Forma e condições da outorga do serviço em concessão	713
	<i>Licitação das concessões, 715; O “contrato” de concessão, 721; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 722; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 725</i>	
III	— O prazo nas concessões e sua prorrogação	726
IV	— Os poderes do concedente	728
V	— Os direitos do concessionário	733
	<i>Remuneração do concessionário, 734</i>	
VI	— As tarifas	734
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 737; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 738</i>	
VII	— Os direitos dos usuários	743
VIII	— Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos	747
IX	— A reversão dos bens	752

X	— Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão	755
XI	— Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço	756
XII	— Permissão de serviço público	758
XIII	— Situações transitórias na lei de concessões	769
XIV	— A parceria público-privada (PPP)	772
	Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 774; Modalidades, 774; Concessão administrativa: a falsa concessão, 776; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 778; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 779; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 780; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 780; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 780; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 782; Licitação nas parcerias público-privadas, 783; Disposições aplicáveis apenas à União, 784; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 785 (Vinculação de receitas, 786; Fundos especiais, 786; Empresa estatal garantidora, 789; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 789; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 789)	

Capítulo XIII — **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL**

I	— Introdução	791
II	— Intervenção do Estado no domínio econômico Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 794; Valorização do trabalho humano, 796; Liberdade de iniciativa, 796; Atividades privadas sob regime especial, 801; Função social da propriedade, 801; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 803; CADE: organização e funções, 803; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 805; Infrações à ordem econômica, 805; Sanções por infrações à ordem econômica, 807; Acordo de leniência, 808; Defesa do consumidor, 809; Monopólio, 812	
III	— Intervenção do Estado no domínio social	812

Capítulo XIV – **PODER DE POLÍCIA**

I	– <i>Introdução</i>	818
II	– <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i>	822
III	– <i>Fundamento da polícia administrativa</i>	823
IV	– <i>Supremacia geral e supremacia especial</i>	824
V	– <i>Essência do poder de polícia</i>	829
	<i>Traços característicos, 831</i>	
VI	– <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	833
VII	– <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i>	835
VIII	– <i>O poder de polícia é discricionário?</i>	836
IX	– <i>Definição de polícia administrativa</i>	837
X	– <i>Polícia geral e polícia especial</i>	837
XI	– <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i>	839
XII	– <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> ..	841
XIII	– <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i>	843
XIV	– <i>Setores da polícia administrativa</i>	844
XV	– <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> ...	844

Capítulo XV – **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I	– <i>Conceito</i>	847
II	– <i>Finalidades</i>	848
III	– <i>Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário</i>	849
IV	– <i>“Excludentes” da infração ou da sanção</i>	850
V	– <i>Princípios</i>	850
	<i>a) Princípio da legalidade, 850; b) Princípio da anterioridade, 852; c) Princípio da tipicidade, 852; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 855; e) Princípio da proporcionalidade, 856; f) Princípio do devido processo legal, 857; g) Princípio da motivação, 859</i>	
VI	– <i>Providências acautelatórias</i>	859
VII	– <i>Classificações das sanções: sanções transmissíveis e sanções intransmissíveis</i>	860
VIII	– <i>Multas</i>	862
IX	– <i>Dever de sancionar</i>	863

Capítulo XVI — **DESAPROPRIAÇÃO**

I	— Conceito	865
II	— Fundamentos da desapropriação	871
III	— Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade	871
IV	— Requisitos da desapropriação	873
V	— Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação	875
VI	— Objeto da desapropriação	876
VII	— Beneficiários da desapropriação	877
VIII	— Fases do procedimento expropriatório	878
IX	— A declaração de utilidade pública	878
X	— A imissão provisória de posse	882
XI	— A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados	884
XII	— Momento em que se consuma a desapropriação	888
XIII	— Desapropriação por zona	889
XIV	— Desapropriação indireta	890
XV	— Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação	891
XVI	— Retrocessão e direito de preferência violado	892
XVII	— Requisição	906
XVIII	— Servidão administrativa	907
XIX	— Tombamento	910

Capítulo XVII — **GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS**

I	— Conceito	913
II	— Os bens com relação à sua destinação	914
III	— Afetação e desafetação dos bens públicos	915
IV	— Regime jurídico dos bens públicos	915
V	— Os bens quanto à sua natureza física	917
	a) Bens do domínio hídrico, 918; b) Bens do domínio terrestre, 919 (Domínio do solo, 919; Domínio do subsolo, 923)	
VI	— Formas de aquisição e alienação de bens públicos	924
VII	— Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados	925
	a) Utilização dos bens de uso comum, 925; b) Utilização dos bens de uso especial, 929; c) Utilização dos bens dominicais, 930	

**PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO
E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO 935**

**Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- I** — **Controle interno e externo** 937
a) Controle interno, 939; b) Controle externo, 940
- II** — **Controle parlamentar direto** 940
a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 940; b) Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 940; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 941; d) Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo, 941; e) Poderes controladores privativos do Senado, 942; f) Julgamento das contas do Executivo, 942; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 943
- III** — **Controle pelo Tribunal de Contas** 943
a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 943; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 944; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 945
- IV** — **Controle jurisdicional (panorama)** 946
a) “Habeas corpus”, 953; b) Mandado de segurança, 954; c) “Habeas data”, 955; d) Mandado de injunção, 955; e) Ação popular, 956; f) Ação civil pública, 956; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 957

**Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA
E CONTROLE JUDICIAL**

- I** — **Introdução** 958
- II** — **Princípio da legalidade** 960
- III** — **Vinculação e discricionariedade** 961
Mérito do ato, 965
- IV** — **Fundamentos da discricionariedade** 965
- V** — **Estrutura lógico-normativa da discricionariedade** 968
- VI** — **Conceito de discricionariedade** 972
- VII** — **Limites da discricionariedade** 973
- VIII** — **Extensão do controle judicial** 977
a) Exame dos motivos, 977; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 979; c) Exame da causa do ato, 983

IX	— Relatividade da competência discricionária	983
X	— Conclusão	990

Capítulo XX — **RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I	— Introdução	993
II	— Responsabilidade e sacrifício de direito	994
III	— Originalidade da responsabilidade pública	996
IV	— A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito	999
V	— Evolução da responsabilidade por atos administrativos	1000
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 1000; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 1002; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 1002; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 1005	
VI	— Fundamentos da responsabilidade do Estado	1006
VII	— Questões capitais sobre a responsabilidade estatal	1007
VIII	— Os sujeitos que comprometem o Estado	1007
IX	— Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade	1009
	a) Danos por ação do Estado, 1010; b) Danos por omissão do Estado, 1012; c) Danos dependentes de situação apenas propiciada pelo Estado, 1017	
X	— O dano indenizável	1020
XI	— Excludentes da responsabilidade do Estado	1023
XII	— A responsabilidade do Estado no Brasil	
	a) Introdução, 1025; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 1027; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 1030; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1033; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 1042; f) A forma de efetivação da responsabilidade do Estado, 1045; g) A responsabilidade dos agentes e de terceiros por ilícitos, 1048	

Capítulo XXI — **A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— Prescrição, decadência e preclusão	1054
II	— Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa	1056

III	– <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	1057
IV	– <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	1060
V	– <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	1060
VI	– <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	1062
APÊNDICE – O NEOCOLONIALISMO E O DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO		
I	– <i>Introdução</i>	1067
II	– <i>A globalização, o neocolonialismo e a “reforma” do Estado</i>	1072
III	– <i>Os reflexos da globalização no mundo jurídico brasileiro</i> ..	1076
IV	– <i>Conclusão</i>	1080
ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES		1083
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		1089